

Estado, Ideologia e Estratégia: uma leitura downsiana e rothbardiana das campanhas de João Campos e Javier Milei

Lucas Ribeiro¹

Rodolpho Raphael de Oliveira Santos²

Resumo

O presente artigo compara as estratégias eleitorais de João Campos e Javier Milei a partir de duas perspectivas teóricas contrastantes: a teoria da escolha racional, em Anthony Downs, e o populismo libertário, formulado por Murray Rothbard. Utilizando análise de conteúdo de vídeos, discursos e entrevistas, identificamos padrões discursivos relacionados ao posicionamento ideológico, à construção simbólica do Estado e às formas de legitimação eleitoral. Os resultados mostram que Campos adota um discurso tecnocrático, moderado e orientado à gestão, aproximando-se do teorema do eleitor mediano; enquanto Milei mobiliza uma retórica de ruptura, anti-estatista e ideologicamente radical. Conclui-se que ambos representam modelos distintos de competição democrática, sugerindo que eleições municipais tendem ao pragmatismo, enquanto disputas nacionais favorecem estratégias de choque ideológico.

Palavras-chave: comportamento eleitoral; populismo libertário; escolha racional; João Campos; Javier Milei.

187

Abstract

This article compares the electoral strategies of João Campos and Javier Milei from two contrasting theoretical perspectives: Anthony Downs' rational choice theory and Murray Rothbard's libertarian populism. Using content analysis of videos, speeches, and interviews, we identified discursive patterns related to ideological positioning, the symbolic construction of the State, and forms of electoral legitimation. The results show that Campos adopts a technocratic, moderate, and management-oriented discourse, approaching the median voter theorem; while Milei mobilizes a rhetoric of rupture, anti-statist and ideologically radical. It is concluded that both represent distinct models of

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bolsista CAPES/PROEX. E-mail: luccaas.ribeiro@hotmail.com

² Mestre em Computação, Comunicação e Artes com linha de Pesquisa em Mídias em Ambientes Digitais pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa. Pós-Graduado em Administração Pública pela Faculdade Alfa do Brasil; Mídias Digitais, Comunicação e Mercado pelo Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos, CESREI, Didática no Ensino Superior (FMU – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas); ABA – Análise do Comportamento Aplicada pela Faculdade Conexão, Belo Horizonte; Bacharel em Comunicação Social (Universidade Estadual da Paraíba, UEPB); Bacharel e Licenciado em Filosofia; Bacharel em Administração pela FAMAR; Bacharel em Teologia e Licenciado em História pela Uninter Centro Universitário. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estudos Legislativos, democracia, políticas públicas e cidadania da UFCG/ Escola do Legislativo da Paraíba – ELEGIS – PB. E-mail: rprofessorpb@gmail.com

democratic competition, suggesting that municipal elections tend towards pragmatism, while national disputes favor strategies of ideological clash.

Keywords: electoral behavior; libertarian populism; rational choice; João Campos; Javier Milei.

Introdução

As transformações recentes no comportamento eleitoral, no uso estratégico das mídias digitais e na relação entre candidatos, partidos e população revelam um cenário político cada vez mais heterogêneo, no qual convivem discursos tecnocráticos, apelos identitários, propostas gerenciais e fortes radicalizações ideológicas. Diante desse ambiente plural, compreender como diferentes atores constroem suas trajetórias eleitorais torna-se essencial para analisar tanto as dinâmicas da representação política quanto os mecanismos de disputa simbólica em democracias contemporâneas.

Neste sentido, a comparação entre João Campos, prefeito do Recife, e Javier Milei, presidente da Argentina, oferece um campo fértil de investigação. Embora ambos tenham alcançado expressiva popularidade, suas estratégias eleitorais emergem de lógicas distintas: Campos, filiado ao PSB e herdeiro de uma tradicional família política pernambucana, consolidou-se por meio de um discurso pragmático de gestão, eficiência e continuidade administrativa; Milei, por outro lado, ascendeu como figura outsider, defensor radical da redução do Estado e porta-voz de um populismo libertário que se estrutura sobre a negação da política tradicional e a denúncia de uma “casta” supostamente responsável pela decadência nacional.

Para interpretar esses fenômenos, o presente artigo mobiliza duas lentes teóricas complementares e contrastantes: a teoria da escolha racional, sobretudo a partir de Anthony Downs (1957), e o populismo libertário, formulado por Murray Rothbard (1992; 2010). Enquanto a primeira enfatiza a moderação ideológica, o comportamento estratégico e o teorema do eleitor mediano como chaves explicativas para o sucesso eleitoral, a segunda destaca a potência da ruptura ideológica, a demonização do Estado e a mobilização emocional das massas contra elites políticas estabelecidas.

A partir desse enquadramento teórico, buscamos responder: em que medida as campanhas de João Campos e Javier Milei refletem estratégias eleitorais alinhadas a seus respectivos paradigmas ideológicos? E, adicionalmente, seria possível identificar

diferenças estruturais entre eleições municipais e nacionais quanto ao uso de discursos tecnocráticos ou de radicalização ideológica?

Para isso, empregamos uma análise de conteúdo de materiais audiovisuais, discursivos e textuais produzidos ou protagonizados pelos candidatos, observando padrões de linguagem, enquadramentos temáticos, apelos simbólicos e construções narrativas. A metodologia, detalhada a seguir e incorporada à análise empírica, permite aproximar teoria e prática política, oferecendo uma leitura comparativa que ilumina como racionalidade, afetos, identidades e ideias moldam as trajetórias eleitorais contemporâneas.

Assim, o presente estudo contribui para a literatura sobre comportamento político ao demonstrar como dois projetos eleitorais bem-sucedidos — um de caráter tecnocrático-moderado e outro explícita e radicalmente ideológico — podem coexistir e prosperar em contextos democráticos distintos. Também aponta caminhos para compreender a segmentação entre política local pragmática e política nacional ideologizada, fenômeno cada vez mais perceptível na América Latina.

189

1. Teoria da escolha racional e o populismo libertário: duas visões distintas do processo eleitoral

Devemos, inicialmente, situar o pensamento de Anthony Downs dentro da teoria da escolha racional, corrente que emerge nos Estados Unidos no final dos anos 1950 e se consolida no mainstream acadêmico na década de 1970. Conforme explicam Ferejohn e Pasquino (2001), essa abordagem entende que os agentes sociais atuam orientados pela maximização de benefícios como riqueza, votos ou outros recursos mensuráveis sempre condicionados por limitações materiais.

Complementando, para Ward (2002 apud SCHEEFER, 2013, p. 33), esta teoria “(...) parte do princípio (de) que os indivíduos têm toda a capacidade racional necessária para escolher o melhor curso de ação, aquele considerado o mais viável dentre as alternativas disponíveis.”

Assim, em contraposição às teorias pluralistas e deliberativas, que estavam em voga àquela altura na ciência política (GAMA NETO, 2011), podemos dizer que a teoria da escolha racional afirma que i) os indivíduos são capazes de agir em conformidade àquilo que for melhor para si próprios, a partir de uma ação egoísta, ii) sendo que ele é capaz de escolher entre as alternativas que lhes são mais viáveis e lhes estão mais

acessíveis. Em suma, é possível afirmar que a teoria da escolha racional se origina, fortemente, dos escritos de Joseph Schumpeter, principalmente *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, originalmente publicado em 1942.

Segundo o autor austríaco (MIGUEL, 2001; GAMA NETO, 2011), em contraposição ao pluralismo, que acreditava num caráter positivo da democracia, era preciso dizer que a ela cabia ser um formato eletivo de escolha política, sendo que dela própria fariam parte tecnocratas, tecnocratas estes que, se especializando na temática de funcionamento do governo, teriam conhecimento técnico sobre seus meandros e regulamentos, em comparação ao restante da sociedade, leiga e muitas vezes desinteressada pelo tema. Desse modo, o fenômeno da representação se afastaria a um embate ideológico puro, em que os mais diferentes adversários políticos procurariam convencer os rivais e os eleitores acerca das políticas públicas mais adequadas a serem empreendidas.

Pelo contrário, tomando como referência a iniciativa privada e o universo empresarial — que Max Weber identificava como modelos organizacionais mais eficientes —, a política seria ocupada por agentes tecnicamente qualificados, cuja expertise os habilitaria a atuar no espaço decisório. Esses agentes públicos, treinados para compreender limites de recursos e tomar decisões racionais, corresponderiam ao perfil descrito por James Buchanan e Gordon Tullock (1999) no âmbito da produção legislativa. Sob a lógica do *homo economicus*, tais indivíduos tenderiam a agir conforme interesses próprios, recorrendo a práticas como *logrolling*, articulação com grupos de interesse, *rent-seeking* e comportamentos típicos da burocracia.

Contudo, a pergunta feita por Anthony Downs (1957) vai além do caráter técnico que dotava os agentes a ocuparem a esfera política ou o modo de comportamento destes quando dentro do parlamento. Ou seja, a pergunta não era mais simplesmente quais os agentes que ocupariam o espaço de governança, mas, para além, como estes agentes ali chegariam, o que nós podemos intuir que através de suas escolhas a partir de eleições periódicas, processo comum nas democracias.

Segundo ele, o elemento eleitoral seria, em comparação à economia neoclássica, equivalente ao mercado de bens e serviços. Todavia, enquanto no último os vendedores (ofertantes) procuravam apresentar maior qualidade e/ou menor preço aos compradores (demandantes), conseguindo, assim, uma maior participação no seu

segmento comercial, obtendo maiores margens de receita em relação a seus concorrentes, nas eleições isso se traduziria em termos de maior número de votos. Em suma, aqueles candidatos que obtivessem nas urnas maior apoio do eleitorado ocuparia o cargo o qual ele pleiteara. Assim, para Downs (1957, p. 11): *“We further assume that government exists into a democratic society where periodic elections are held, that its primary goal is reelection, and the election is the goal of those parties now out of power.”*

Assim, o autor conclui que o jogo eleitoral é um mecanismo no qual se perpetua o embate entre os grupos (partidos) que estão no poder, e do qual não querem sair, e aqueles que estão fora dele, e que nele pretendem entrar. Para Downs (1957), inclusive, chamando os partidos de *coalition* (coalizão), estes seriam *“(...) a group of individuals who have certain ends in common and cooperate with each other to achieve them”*. Portanto, o autor reconhece que os partidos seriam grupos políticos que reuniriam homens com objetivos semelhantes e que, desejando sucesso eleitoral, a partir de suas racionalidades individuais, se uniriam para organizar seus esforços em tal empreendimento.

Prosseguindo, para Downs (op. cit.), era preciso, durante as campanhas eleitorais, que aqueles que se candidatavam, obedecendo à inerente ordem racional que guiava os indivíduos envolvidos no processo, e que desejavam dele sair vencedores, procurassem convencer o maior número possível de pessoas que tivessem seus direitos eleitorais ativos vigentes, o que lhes tornaria mais bem-sucedidos que seus adversários.

A comparação downsiana vai, portanto, no sentido de que, ao passo que no mercado de bens e serviços, empresas, firmas e vendedores apelam para a publicidade, à procura de convencer seus potenciais compradores, no universo eleitoral isso também aconteceria, mas no convencimento dos eleitores, que, ao sentirem confiança nas propostas apresentadas, selecionariam um candidato e nele depositariam seu voto. Para tal, continua Downs (op. cit.), que neste mercado não apenas os ofertantes de propostas seriam racionais, mas também os demandantes destas, ou seja, os eleitores. Nessa situação, sobretudo em sistemas onde o instrumento do voto facultativo é mais aberto (onde não há multas e penalidades ao eleitor que se abstém de dele participar), seria também observável que, se as promessas apresentadas não fossem convincentes, poderia haver um esvaziamento do pleito, o que poderia ser negativo aos adversários nas urnas.

Assim, além de manterem suas propostas em circulação, buscando apresentá-las de forma clara e franca, os candidatos também tenderiam a fugir de extremismos ideológicos. Downs (1957), dessa maneira, admite que a maior parte do eleitorado teria uma posição política mais central, o que, dentro da constatação de que o contingente eleitoral mais fiel ideologicamente já fora capturado, leva os pleiteantes a “neutralizarem” seus vieses, procurando conquistar um público que, por vezes, não se convenceu de em quem votar.

Nisso, portanto, podemos concluir que o autor afirma que i) a maioria da população se inclinaria a visões de mundo não-extremistas e ii), num universo onde o voto fosse amplamente facultativo, estes poderiam abdicar do ato de escrutinar, o que teria o potencial de prejudicar o objetivo (racional) dos envolvidos na disputa eleitoral, o que autor denomina como teorema do eleitor mediano. Podemos, aliás, sintetizar o pensamento de Downs (op. cit., p. 28) pela seguinte citação:

From the self-interest axiom springs our view of what motives the political actions of party members. We assume they act solely in order to attain the income, prestige, and power which come from being in office (...) They treat policies purely as a means to the attainment of their private ends, which they can reach only being elected.

192

A despeito das críticas à teoria da escolha racional por autores como Miguel (2001), o qual argumenta que esta proporia uma “democracia esquelética”, isto é, de que ela desprezaria toda uma dinâmica eleitoral baseada na prática da argumentação e do consensos livres entre os partícipes e se resumiria em estabelecer o funcionamento de um modelo que apenas se volta a cálculos de custo-benefício individuais, e de Borges (2001), o qual observa nesse paradigma a defesa a um processo privatista e que enxerga a democracia como um método procedimental vazio e não inclinado a uma dinâmica de império de um pluralismo ideológico, os escritos de Anthony Downs continuam sendo uma ferramenta analítica importante, ao reconhecer, sobretudo, a racionalidade dos indivíduos no processo eleitoral, com ambas as partes (candidatos e eleitores) agindo de modo utilitarista, e a possibilidade de esvaziamento de posturas ideológicas mais firmes, já que os candidatos, procurando obter maior sucesso nas urnas, buscariam convencer uma maior fatia da população, que tenderia ao centro.

Indo em direção à avaliação do populismo libertário, precisamos explicar primeiramente o que é o libertarianismo. A partir de Murray Rothbard (2010), seu

fundador, explicando-o bem em seu clássico *A Ética da Liberdade*, e resgatando teóricos como Santo Tomás de Aquino e John Locke, é preciso separar o direito natural do direito positivo. Pelo primeiro, os homens seriam capazes de diferir o correto do errado de modo regular, com seu próprio senso ético servindo como uma bússola para a realização de tal distinção. Contudo, com o avanço de instituições políticas oficiais, avançou-se ao segundo, o qual reconhece que a legitimidade para tal seria do estado, com os indivíduos devendo ser, portanto, abrigados pelo seu guarda-chuva legal.

Contudo, como escreve Rothbard (2010), admitindo, inclusive, que o estado seria o primeiro violador dos direitos naturais, e que questões como a tributação, que possuem caráter compulsório, foram normalizadas, a despeito de sua antinaturalidade, é preciso resgatar os pontos de vista jusnaturais, os quais, em suma, seriam os verdadeiros guias da sociedade, em contrariedade à dinâmica estatal, que, paulatinamente, e apesar de seu discurso de centralidade na sociedade, representaria uma ameaça à liberdade humana. Podemos, portanto, resumir o libertarianismo como uma ideologia política defensora da soberania do indivíduo perante o estado, sendo este, conseqüentemente, cético acerca da realização de políticas públicas redutoras do poder de escolha e de decisão dos seres humanos.

Apresentada a ideia do libertarianismo, precisamos entender que, num primeiro momento, Rothbard, figura-chave, inclusive, na propagação do seu discurso num sentido de sua atuação na militância política, passou a com ele se desiludir. A despeito de ter sido um dos fundadores do Partido Libertário norte-americano, em 1971, ele observou que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, *“(...) the movement (...) was shrinking and becoming more intellectually void. Most of its activists were aging hippies, often incapable of supporting themselves”* (Chmielowski, 2016, p. 378). Ou seja, segundo as conclusões rothbardianas, o movimento libertário passou a se forjar de uma forma “desconstrucionista”, ignorando questões centrais ao avanço da sociedade ocidental, como a religião e a família.

Posto isso, ele se uniu a uma outra personagem significativa dentro do movimento libertário, Lew Rockwell, fundador do Mises Institute, e criou, em 1990, o Rothbard-Rockwell Report (documento também conhecido como Triple R), uma publicação a qual *“(...) combined libertarian anti-government economics, decentralist local patriotism, anti-war isolation, and a reactionary cultural outlook the saw*

government as the key to the loss of Old Republic” (Rockwell, 2000, xiv). A partir disso, Rothbard optou por renomear sua defesa à liberdade como “paleolibertarianismo”, o qual fora fundamental para “(...) *the anti-government intellectual and political movement of the mid-1990*” (Rockwell, op. cit., xiv).

Destarte, sob uma aliança tática¹, que sempre foram comuns durante a militância política de Rothbard (Chmielowski, 2016), este colocou o paleolibertarianismo em rota de unidade com aquilo que ele (Rothbard, 2007) definira como *old right* (ou velha direita). Para Rothbard (2007), até a Primeira Guerra Mundial, havia o predomínio de um ideário político no qual se acreditava na menor intervenção estatal possível no dia a dia dos indivíduos. Contudo, depois da Segunda Grande Guerra, houve uma reversão ideológica, em que aqueles que defendiam o isolacionismo norte-americano durante o conflito e se colocavam em contrariedade às propostas fiscalistas do keynesianismo ganham proeminência.

Para Rothbard (2007), este momento pode ser classificado como de ascensão na *new right* (ou nova direita), em que ao estado seria legitimada a presença na privacidade individual, mesmo que sob o discurso de proteção da liberdade. Segundo ele próprio, isso simbolizaria a vitória do discurso *warfare-welfare* (manutenção de um estado de guerra permanente aliado a políticas de bem-estar social) defendido pelo economista Richard T. Ely no início do século XX (Rothbard, 2002).

Dessa forma, Rothbard procura, ao cunhar a dinâmica do paleolibertarianismo, unir-se àqueles políticos que tivessem pautas de redução do estado e defendiam posturas, ao mesmo tempo, de reconhecimento de um status quo da importância da religião e da família na sociedade, sem, obviamente, uma dinâmica de compulsoriedade presença na máquina estatal. As eleições presidenciais de 1992 nos Estados Unidos tornam-se, aliás, paradigmáticas para tal. Rothbard, inclusive, rejeita o apoio ao candidato libertário, Ross Perrot, apesar de considerá-lo um “bom homem”, para apoiar, nas primárias republicanas, Patrick Buchanan, o qual tentaria desbancar George H. Bush na tentativa de reeleição à Casa Branca (Chmielowski, 2016).

¹ Rothbard, inclusive, observa cinco **condições** em relação aos libertários durante o início dos anos 1990, como bem observa Chmielowski (2016): a identificação do enfraquecimento dos libertários na esfera política; a divisão dos libertários em dois grupos, os libertários niilistas e os paleolibertários; a identificação de um aliado externo ao movimento, dentro do paleoconservadorismo; a colaboração com o este movimento, nos níveis declarativos (escritos políticos), metaideológico (como a realização de conferências) e no programático (a defesa do populismo libertário).

Para tanto, Rothbard (1992), ao observar a forte predominância das elites na sustentação do discurso intervencionista, formula uma pergunta central: quem realmente produz mudanças sociais negativas, as massas “mal-lavadas” ou as elites poderosas? Sua conclusão recai sobre estas últimas. Em sua interpretação, as massas demonstram baixo interesse pela política, ocupando-se de seus próprios negócios, de suas vidas cotidianas e de problemas imediatos, participando do processo político apenas de forma esporádica, sobretudo nos períodos eleitorais. As elites, por sua vez, profundamente interessadas na política por dela extraírem benefícios diretos, empenham-se em convencer os eleitores a apoiá-las, preservando, assim, seus privilégios e seu acesso ao poder.

Rothbard (1992), portanto, admite que o caos seria causado pela burocracia e seus grupos de interesse, os quais extrairiam seus ganhos das massas, que, em geral, não ligariam para a política e seus impactos de modo mais amplo. E, pelo segundo ponto, este pensador também argumenta que, sobretudo de atos como cobrança de tributos, compulsória, é que as elites acabam necessariamente causando uma divisão na sociedade: entre eles, recebedores desses recursos, e dos quais está se locupleta, e as massas, pagadoras destes, e que, para tal, necessitam trabalhar.

Para Rothbard (1992), como já dito, devido à dominância dos pontos de vista elitistas, e conseqüentemente dos intelectuais¹, na opinião pública, seria preciso preparar as massas para que estas percebessem que “(...) *the emperor has no clothes*” (ROTHBARD, 1992, p. 9). Atestando isso, o autor observa duas táticas que, apesar de parecerem funcionais, não apresentariam resultados efetivos, a saber, o educacionismo e a criação de *think tanks*. Pela primeira, proposta por Friedrich Hayek, seria central trazer reflexões à sociedade acerca dos erros do estado. Contudo, como escreve Rothbard (1992), além do enviesamento à esquerda da grande mídia, os próprios intelectuais, acadêmicos e jornalistas não seriam motivados apenas pela verdade, mas seriam, para além disso, também parte do problema, fazendo eles próprios partem do sistema e buscando tudo aquilo que este pode oferecer no tocante ao prestígio, ao poder e à admiração.

¹ Para avaliar a crítica rothbardiana da presença dos intelectuais como influenciadores negativos, é válido ler Rothbard (2013).

No que se refere à segunda questão, a criação de *think tanks*, Rothbard (1992) observa que, em Washington, esta ferramenta acabou gerando efeito contrário ao que se desejava, pois, apesar de estes promoverem um discurso de corte de tributos e de redução do poder regulatório do estado, estes acabaram sendo cooptados pelos corredores do poder, seguindo um caminho distinto ao da própria liberdade¹. Em suma, a solução encontrada por Rothbard (1992) é aquela que realizou William Buckley Jr. em relação à *new right* e quando da criação de sua publicação, a *National Review*, ou seja, alguém com uma capacidade de argumentação convicta, capaz de convencer as massas dos equívocos cometidos pelo estado. Como bem escreve Deist (2015) acerca do populismo libertário rothbardiano, “(...) *a winning populist message must be easy to understand, easy to sell, and obviously beneficial to middle class and working class constituencies.*” Em suma, no estabelecimento da proposta de Rothbard:

We shall break the clock of social democracy. We shall break the clock of the Great Society. We shall break the clock of the welfare state. We shall break the clock of the New Deal. We shall break the clock of Woodrow Wilson's New Freedom and perpetual war. We shall repeal the twentieth century (Rothbard, 1992, p. 20).

196

Assim sendo, empregando um discurso palatável, dirigido às massas, já que os intelectuais e a mídia rejeitam a mudança, pelo populismo libertário era fundamental quebrar a corrente ideológica. O candidato em questão, portanto, deveria, utilizando-se de um linguajar que qualquer um pudesse compreender a mensagem, potencializar sua fala ideológica, abrindo flancos no *status quo*. Dessa maneira, o populismo libertário coloca-se como uma ideologia em que se rejeita a seu proponente abrir mão de sua visão de mundo, já que é sua visão de mundo mesma que deve ser potencializada, em detrimento de uma carreira política de longo prazo.

O populismo libertário, afinal, serve como uma ferramenta de alerta aos perigos da política estabelecida, com seus aderentes, antes de pensarem em forjar uma carreira pública longeva, devendo reduzir o poder do estado em nome da construção de uma sociedade, dentro do pensamento ideológico do libertarianismo, sem as amarras e a compulsoriedade estatal.

¹ O apoio de Rothbard (1992, p. 17) vem do fato de que, para ele, “(...) *the only genuine rightist spokesman who has managed to escape neocon anathema has been Pat Buchanan.*”

Em suma, enquanto a teoria da escolha racional, sob Downs (1957), preconiza que para que os candidatos vençam as eleições, através do teorema do eleitor mediano, estes fujam de quaisquer radicalizações ideológicas, Rothbard (1992), por outro lado, admite uma dinâmica ativa da visão de mundo do candidato. Inclusive, devido à própria ideologia libertária, era preciso dar vazão a candidaturas que, se contrapondo ao estabelecimento da própria política, vissem-na como negativa. Posto isto, analisemos as eleições de João Campos, em Recife, e de Javier Milei, na Argentina, a partir das análises teóricas aqui expostas.

2. As carreiras políticas de João Campos e Javier Milei: uma análise de conteúdo

O corpus empírico da pesquisa é composto por 12 materiais discursivos por candidato, totalizando 24 unidades de análise. Para João Campos, foram analisados 6 vídeos de campanha (2018–2024), 4 entrevistas em veículos nacionais e 2 pronunciamentos institucionais. Para Javier Milei, o corpus inclui 5 discursos de campanha (2021–2023), 4 entrevistas televisivas, 2 exposições em eventos internacionais e o discurso oficial no Fórum Econômico Mundial de Davos (2024).

197

Os materiais foram selecionados com base em critérios de relevância eleitoral, centralidade da fala do candidato e explícita formulação de posicionamentos sobre Estado, ideologia e política. Foram excluídos conteúdos de terceiros, comentários editoriais e materiais sem vínculo direto com processos eleitorais.

Como técnica de investigação, emprega-se a análise de conteúdo, entendida, nos termos de Sampaio e Lycarião (2021), como um conjunto de procedimentos sistemáticos e públicos voltados à produção de inferências válidas sobre conteúdos verbais, visuais ou escritos, permitindo descrever, interpretar e relacionar mensagens às intenções, significados e contextos de produção. Tal escolha metodológica possibilita captar tanto elementos explícitos quanto implícitos das narrativas eleitorais em exame.

O corpus é também composto por materiais audiovisuais, textuais e discursivos produzidos ou protagonizados pelos dois candidatos, selecionados por sua relevância eleitoral e centralidade na construção de imagem pública. No caso de João Campos, foram considerados: vídeos de campanha como *Discurso da esperança* e *Filho da esperança* (CAMPOS, 2018a; 2018b), entrevistas concedidas durante as eleições municipais de 2020 e 2024 (incluindo sabatinas na imprensa nacional) e declarações

públicas sobre gestão, ideologia e polarização. No caso de Javier Milei, o corpus inclui: pronunciamentos televisivos como comentarista econômico, discursos de campanha presidencial de 2023, o *Discurso em Davos* (MILEI, 2024), exposições em eventos de orientação liberal-libertária e entrevistas em veículos nacionais e internacionais.

A seleção desses materiais obedeceu a três critérios principais: (i) vínculo direto com o contexto eleitoral, seja de campanha, pré-campanha ou justificção posterior de resultados; (ii) centralidade da fala do próprio candidato, privilegiando momentos em que ele explicita sua visão de Estado, sociedade e política; e (iii) presença de elementos temáticos relacionados a ideologia, papel do Estado, gestão pública, apelos à “casta” ou à “esperança”, e estratégias de legitimação junto ao eleitorado.

A unidade de registro adotada foi o segmento discursivo temático, compreendendo frases ou blocos de sentido relacionados às categorias analíticas. As categorias foram definidas de forma mista, combinando categorias a priori, derivadas do referencial teórico (Downs; Rothbard), e categorias indutivas emergentes da leitura do corpus.

A codificação foi realizada em três etapas: leitura flutuante, categorização temática e interpretação comparativa. Para assegurar consistência analítica, foi adotada checagem cruzada entre os autores e manutenção de uma trilha de auditoria com registros das decisões interpretativas.

A análise foi organizada em quatro categorias analíticas, derivadas tanto do referencial teórico quanto da leitura preliminar do corpus: (1) posicionamento ideológico (autoidentificação, moderação, radicalização, recusa de rótulos); (2) construção simbólica do Estado e da política (Estado como solução ou problema, tecnocracia, antiestatismo, deslegitimação da política tradicional); (3) enquadramentos discursivos e apelos emocionais (trabalho, gestão, esperança, ruptura, liberdade individual, ataque à “casta”); e (4) estratégias de legitimação eleitoral (aproximação ao eleitor mediano, busca de amplitude, choque ideológico, retórica antipolítica). A partir dessas categorias, procedeu-se à leitura interpretativa dos discursos, buscando identificar recorrências, tensões e contrastes entre os dois casos.

Por fim, reconhece-se que se trata de um estudo de caso comparado com ênfase em dois líderes específicos, o que impõe limites à generalização dos resultados. Ainda assim, a escolha de figuras com perfis tão contrastivos — um gestor tecnocrático

ancorado em uma tradição oligárquica regional e um outsider libertário de projeção internacional — permite levantar hipóteses relevantes sobre a relação entre escala eleitoral, ideologia e estratégias de comunicação política nas democracias latino-americanas, a serem aprofundadas por pesquisas futuras com amostras mais amplas e métodos complementares.

Começando pelo primeiro, João Henrique Campos nasceu em 1993, numa tradicional família política pernambucana, sendo filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Seu bisavô, Miguel Arraes, foi uma das grandes referências do Estado fora dele, tendo sido governador por três ocasiões (1963 a 1964, 1987 a 1990 e 1995 a 1999), e seu pai, Eduardo Campos, o faria por dois mandatos (2007 a 2010 e 2011 a 2014). Eduardo, aliás, enquanto empreendia sua pré-candidatura à Presidência da República, em 2014, faleceria após um acidente aéreo, em Santos, litoral paulista, o que, de maneira significativa, seria responsável pelo ingresso de João na política, com este tendo sua primeira experiência política a candidatura a deputado federal nas Eleições de 2018, a qual venceria sendo escolhido por cerca de 460 mil eleitores de Pernambuco, o mais votado com larga folga.

199

Neste seu ineditismo político, Campos utilizou-se de títulos de seus vídeos como “Discurso da Esperança” e “Filho da Esperança” (Campos, 2018a; 2018b) para se projetar ao eleitorado, com a primeira campanha citada sendo feita a partir da criação de paralelos de falas e imagens do último discurso de Eduardo e do primeiro de João. Este último, a partir de frases como “Neste palanque, que está a história de Miguel Arraes. É neste palanque que está a história de Eduardo Campos” (Campos, 2018a), constrói-se a ideia de que João seria aquele que naturalmente herdou o legado de seus antepassados, além da lógica de que ambos, ele e seu pai, sobretudo, seriam reformadores da política, sendo capazes de alterá-la de forma positiva e substancial à sociedade.

Prosseguindo, pelo segundo vídeo, já na abertura são apresentadas imagens de Miguel Arraes e Eduardo Campos, sendo que na letra do jingle exibido há trechos como “muito prazer, eu sou filho da esperança” e “levo comigo o legado que me foi confiado, na rota da esperança” (Campos, 2018b), ambos remetendo-se a fotos de João, reforçando o sentido de que, como herdeiro político de duas grandes personagens pernambucanas, este estaria capacitado por gerir o espólio político

deixado por seu bisavô e por seu pai. Nesse sentido, João é colocado como alguém que possui credibilidade familiar junto ao povo pernambucano, pois “(...) fora moldado por figuras respeitadas e memoráveis da política (estadual)” (Leão, 2025, p. 12). Assim, de forma até mais firme, apesar da apresentação da ligação com seu bisavô, João é “(...) retratado, de forma literal como um espelho de seu pai, com discursos e imagens que evocam nostalgia e saudade nos eleitores que admiram Eduardo” (Leão, 2025, p. 12).

Isso nos leva a um segundo ponto: fazendo uma retrospectiva da trajetória política de seu pai, este chegou a se aliar ao PT, chegando a ser ministro da Ciência e Tecnologia de Lula, entre 2004 e 2005, mas, após uma crise política na capital pernambucana, Campos rompeu com o Partido dos Trabalhadores, em 2013, o que, inclusive, deixaria fraturas em sua relação com este: enquanto se ventilava a possibilidade de este concorrer à Presidência da República, um militante petista chegou a declarar, numa rede social, que ele seria “mimado” e “playboy” (Farah, 2014). Com isso, o então governador de Pernambuco passou a advogar sua defesa à nova política ou à chamada terceira via, contrapondo-se ao modelo de polarização entre o PT e o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira), que estava vigente no Brasil havia vinte anos¹.

200

Numa entrevista coletiva a 30 de julho de 2014, Eduardo, defendendo, inclusive, a realização de uma reforma política, e citando figuras políticas tradicionais, como Renan Calheiros, José Sarney e Fernando Collor, ressaltara que a polarização política levaria a “más companhias”, afirmando que alianças que haviam sido feitas tanto pelo então governo (PT) como pelo anterior (PSDB) sufocaram “(...) os avanços da democracia, o aperfeiçoamento da governança e distanciam a sociedade da política (...)” (Campos, 2014 apud Jungmann, 2014), além de também defender a redução da carga tributária e a educação em tempo integral como um instrumento capaz de transformar o país em duas décadas (Pinheiro, 2014). Em suma, como chegou a apontar Pinheiro (2014), ao se venderem como “terceira via”, Campos e Marina advogavam pelo “(....)

¹ Campos, numa entrevista, disse que ele e Marina Silva, vice candidata de sua chapa nas Eleições de 2014, entendiam que “(...) é fundamental um novo caminho. Porque PSDB e PT governam o país há vinte anos. Se a gente quer chegar a um novo lugar, a gente não pode ir pelos mesmos caminhos” (Campos, 2014 apud BBC NEWS, 2014).

fim do aparelhamento do Estado, do fisiologismo, do patrimonialismo e da corrupção na esfera pública”.

É discutível, aliás, a defesa pelo fim do patrimonialismo, visto que João seria uma personagem de continuísmo àquilo que já fora colocado em prova, ou seja, uma família que por anos comanda a política pernambucana e que, portanto, seria o nome mais confiável em relação ao novo, que poderia trazer insegurança e descontinuidade àquilo que por eles fora construído, apesar de reforçar sua posição, como veremos adiante, como alguém “novo”, ao se colocar fora da polarização, o grande problema do país.

O que é irônico, neste caso, é que, como observa Adilson Filho (2019), houve em Pernambuco a polarização política entre as famílias Arraes-Campos, ambas provenientes do mesmo patriarca, Miguel, com João se antagonizando com sua prima Marília Arraes, do PT - ambos, inclusive, foram os candidatos habilitados ao segundo turno à Prefeitura de Recife, em 2020. Assim, para além do clamor clânico já observado nos discursos do prefeito de Recife, há aqui uma divisão política intrafamiliar, o que nos leva a uma constatação significativa.

Para além das falas de manutenção de uma espécie de dominação familiar no Estado, este “racha” é sintoma da construção de uma espécie de oligarquia que, no final das contas, preza apenas pela manutenção do seu poderio regional. Como constata Adilson Filho (2019, p. 19), ao contrário de um discurso de transformação política, esta situação nos remete a um mecanismo “(...) elitista, desigual e conservador das famílias tradicionais, no que tange a apropriação e conservação dos capitais políticos, sociais e simbólicos (...)”, sob um viés oligárquico, o que nos remete à seguinte constatação: é contraditório o discurso de João Campos, pois, ao mesmo tempo em que se lança como um nome da renovação, ou da “esperança”, ele o faz sem desejar alterar os nomes (ou ao menos as famílias) que estão no controle político de Pernambuco, sendo ele um continuísta.

Além do mais, como destacam Girão (2022) e Nascimento (2024), o comportamento de Eduardo no PSB, sobretudo após sua ascensão ao Ministério de Lula, foi de amplificação de uma postura oligárquica, com este tendo se utilizado da máquina pública para se perpetuar no poder, com os autores destacando que, não à toa, Paulo Câmara foi o quarto nome do partido a ocupar consecutivamente o governo estadual -

apesar de a vitória de Raquel Lyra (PSDB) em 2022 ter interrompido este ciclo - e João Campos, o terceiro. Ou seja, é possível dizer que remanesce, no consciente político, uma ideia de patrimônio, em que as famílias que mantêm suas forças políticas locais há décadas (ou mesmo séculos) mantenham-nas, mesmo que sob uma roupagem de renovação, a qual não seria condizente com a realidade.

Para além disso, podemos observar que, a despeito das críticas da chapa às práticas da velha política e após a morte de Eduardo, Marina Silva apoiaria a campanha de Aécio Neves à Presidência da República no segundo turno das Eleições de 2014, além do destaque ao alinhamento do PSB ao Governo Temer, o que, em tese, comprovariam uma não ruptura com as estruturas já estabelecidas no poder (Girão, 2022).

Prosseguindo, é interessante observar a dinâmica de João Campos de se afastar de vinculações ideológicas mais significativas. Ainda nas eleições municipais de 2020, em uma entrevista à Revista Veja, durante a campanha que o levaria a ser eleito pela primeira vez prefeito da capital pernambucana e apesar de se dizer “integrante de uma centro-esquerda progressista”, afirmara, inclusive, brincando com sua condição de engenheiro civil, que só construía pontes na política, que era alguém que “(...) olha pra frente sem radicalismos, sem o discurso da polarização. O que precisamos é fazer política com objetividade e conversa, muita conversa.” (Campos, 2020).

Já durante a campanha às eleições de 2024, durante uma sabatina feita pelo consórcio UOL e Folha de S. Paulo, ao ser indagado sobre sua posição e sobre as críticas realizadas pela esquerda, de que ele não faria um governo alinhado a esta ideologia, o então pré-candidato daria a seguinte declaração: “Este tipo de discussão que agrega muito pouco, sabe? A gente tem visto a política fazer muito este tipo de discussão e, na prática, agrega muito pouco. Eu diria que faço um governo eficiente” (Campos, 2024a). Prosseguindo: “Eu certamente terei eleitores que gostam do Lula, eleitores que não gostam do Lula; eleitores que gostam do Bolsonaro, eleitores que não gostam do Bolsonaro. Cabe a mim cuidar do Recife” (Campos, 2024a).

Em uma sabatina ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 28 de outubro de 2024, um dia após a confirmação de sua reeleição como prefeito do Recife, Campos fez afirmações bastante significativas no tocante à sua visão da política. Comentando a questão de que a centro-direita havia obtido um sucesso significativo nas capitais, com a centro-esquerda tendo conquistado apenas duas das 26 brasileiras em jogo,

(...) essa eleição, mais do que uma disputa de campo, se deu no âmbito do trabalho. A gente tem um recorde de reeleição, quase 80%, (com) isso se (espelhando) também nas capitais e nas grandes cidades. Então, para além da polarização, eu vejo como o grande vencedor dessa eleição a capacidade de trabalho e de realizar” (Campos, 2024b).

Além do mais, Campos também afirmaria que, fugindo de ponderações ideológicas, ao ser perguntado se sonha com a Presidência da República, sonha que “(...) as pessoas se aproximem mais da política” (Campos, 2024b). Para Nascimento (2024), esta postura de Campos o torna apenas um político com motivações meramente técnicas – ou, como escreve o autor, “(...) sem vinculação com movimentos sociais, apenas tendo uma legenda partidária que domina (e) não se (filiando) ideologicamente a nenhum lado.” Dessa feita, novamente para este analista, o político pernambucano, novamente fazendo jus à sua formação universitária, grava vídeos à internet para dar aval técnico às obras que a Prefeitura vem realizando pela cidade, desvinculando-se fortemente de uma tomada de posição no quesito ideológico.

Novamente, a crítica de Nascimento (2024) nos leva a compreender que, dado o discurso tecnicista do prefeito de Recife, este vem tomando medidas parelhas à do chamado espectro progressista, uma massa ideológica amorfa que une desde representantes da centro-direita até da própria esquerda. Com isso, sob uma visão puramente eficientista da política, estes representantes adotam práticas políticas em comum, com o ideário como dos PPPs (Parceria Público-Privadas)¹, que teriam, inclusive, sido encampadas pelo próprio PT para a viabilização de eventos como a Copa do Mundo FIFA de 2014, sendo dominantes em suas leituras da atuação do poder público, isto é, servindo apenas para criar *outputs* instrumentalistas às demandas sociais.

Ou seja, ao valorizar o trabalho dos representantes que conseguiram suas reeleições em 2024, além de dar um aval técnico às obras por ele apresentadas nas redes sociais, João Campos demonstra que, acima de tudo, o sucesso político é daqueles que, à frente da máquina pública, conseguem atender às demandas da população por

¹ Ao dar vazão a diversas PPPs, como na área da Educação, da Saúde e de parques urbanos, João Campos enfatiza-as, inclusive, como algo necessário para a execução de um melhor trabalho pelo poder público. Segundo o próprio prefeito: “Precisamos entender que a sinergia entre o público e o privado deve existir e quando a gente une esses esforços conseguimos superar, de maneira mais ágil e transparente, os gargalos postos para aqueles que moram em centros urbanos como o Recife” (Campos, 2021).

obras e por ações intervencionistas do estado, o qual é impossível ser deixado de lado. Em suma, fugindo de ideologias e vendo a realização política como uma ferramenta de transformação social, Campos observa a operação tecnicista do estado para além de ideologias, as quais pouco importam quando se tem um político “obreiro” à frente do governo. Sua ponderação é a de que, acima de tudo, é preciso responder às necessidades da sociedade, para além de uma divisão entre esquerda e direita, e trabalhar.

Na análise de Campos, portanto, podemos constatar dois fenômenos mais significativos: i) o uso, desde seu pai, Eduardo, da ideia de renovação política e, por ele, de “esperança”, utilizando-se da imagem daquele, que falecera quando pré-candidato à Presidência da República, numa tentativa de eliminar a polarização de vinte anos entre PSDB-PT, ao passo que há, como escreve Adilson Filho (2019), a manutenção oligárquica de uma mesma família (Arraes-Campos) operacionalizada na política pernambucana, o que, em suma, a despeito de sua tentativa de se capitalizar eleitoralmente (afinal de contas, a população, cansada das promessas realizadas pelos mesmos, optaria pela novidade), não alteraria a estrutura vigente, e ii) a preocupação com, para além de um posicionamento ideológico, operacionalizar sua ação política através de obras efetivamente realizadas pelo poder público, legitimando este último, ao mesmo tempo em que anuncia sua capacidade produtiva nas redes sociais, dando vazão à lógica do administrador tecnicista e “trabalhador”. Agora, discutemos a trajetória política de Javier Milei na Argentina.

Javier Gerardo Milei nasceu em Buenos Aires, capital do país, em 1970. Após diversas dificuldades durante a juventude, com uma vida familiar bastante difícil, tendo sido alvo também de *bullying*, ganharia o apelido de “El Loco”, inclusive durante sua incursão como goleiro da equipe do Belgrano. Na universidade da cidade homônima ao time de futebol, na Região Metropolitana de Buenos Aires, Milei se graduara em Economia, em 1993, tendo feito uma especialização, no Instituto de Desarrollo Económico e Social, e um mestrado, ambos na mesma área, economia, na prestigiosa Universidade Torcuato di Tella (Colombo, 2023).

Inicialmente, Milei ganharia proeminência pública ao se tornar um comentarista econômico, função que exerceria entre 2016 e 2021. Nesta ele adotaria “(...) uma retórica agressiva e provocativa contra a classe política tradicional, a quem culpa pela

ruína econômica do país (...)" (Struck, 2023). Assim, ele passa a aparecer midiaticamente exercendo uma fala inflamada contra a chamada casta (ou os poderosos). Em suma, a partir de seu surgimento na mídia, Milei se evidencia sob

(...) uma estética disruptiva - el pelo desordenado, los camperos de cuero pasados de moda - y su veemencia gestual y verbal los rasgos que lograron convertirlo en un personaje atractivo para la audiencia (Vommaro, 2023, p. 3).

Prosseguindo: *"La radicalidad de sus posiciones en materia económica, su histrionismo y agresividad y su conexión con públicos masivos se convirtieran en una de (sus) marcas (...)"* (Vommaro, 2023, p. 3). Dessa forma, somatizando uma determinada imagem corporal, a escolha de um determinado discurso e de argumentos, além do tom de voz (Fernández, 2023, p. 15), Milei vendia um tom de ruptura com o sistema, demonstrando, para além de ser alguém satisfeito com a permanência do que vinha acontecendo na Argentina, sua revolta, a partir dos elementos apresentados. Como exemplo, numa entrevista a um periódico, em junho de 2018, ele enfatiza a ideia de que, a partir da cobrança de tributos, o estado estaria "matando" o cidadão, afirmando que *"El país es un baño de sangre"* (Diário Popular, 2018 apud Vommaro, 2023, p. 3), selecionando, assim, terminologias fortes para demonstrar sua indignação contra aqueles que faziam mal à Argentina.

205

Prosseguindo, após ter tido contato com a principal obra de John Maynard Keynes, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, ainda durante sua graduação, no início dos anos 1990, Milei se tornaria um ferrenho crítico do intervencionismo, afirmando que *"(...) bad influences that extended to this day, and which have caused profound damage to the economy (of Argentina) and its inhabitants."* Desse modo, a política econômica argentina, sobretudo nos períodos em que fora comandada por Juan Domingos Perón (peronismo) e seus herdeiros (como os kirchneristas), deu vazão para *"The Welfare State and the labor movement burgeoned."* Intelectualmente falando, Milei inspira-se em acadêmicos que, assim como ele, ferozmente opõem-se ao keynesianismo e suas medidas intervencionistas, como Friedrich Hayek, Milton Friedman e Murray Rothbard, os quais, apesar de matizes diferentes, colocam-se em favor, em maior ou menor grau, da liberdade econômica¹ (Torres Checa, 2024).

¹ Segundo Pino Diaz (2024), a transição de Milei da economia neoclássica para o libertarianismo ocorreria em 2013, quando este tomara contato com a obra *Monopolio y Competencia*, de Murray Rothbard.

Com o objetivo de realizar aquilo que ele mesmo classifica como discurso “liberal libertário” (Toledo, 2023), o que já dá clara visibilidade a seu ponto de vista ideológico, Milei chamaria atenção do mundo de forma mais significativa pela primeira vez em seu discurso na 54ª Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, em 18 de janeiro de 2024, pouco mais de um mês após ter assumido a Presidência da República Argentina. O libertário, por sua vez, faria uma defesa ao livre mercado e à livre iniciativa, afirmando, baseado em dados históricos do Produto Interno Bruto (PIB), que, depois da Revolução Industrial, o crescimento médio anual das economias que, entre o ano zero e 1800 era de 0,02%, chegou a 3% por ano entre 2020 e 2023. Completando: *“La conclusión es obvia: lejos de ser la causa de nuestros problemas, el capitalismo de libre mercado (...) es la única herramienta que tenemos para terminar con la hambre, la pobreza y la indigencia, y lo largo y lo ancho de todo el planeta”* (Milei, 2024).

Utilizando, inclusive, autores ligados ao liberalismo e ao libertarianismo durante sua exposição, como o economista Israel Kirzner, Milei, para além de admitir que *“El mercado es un mecanismo de cooperación social donde se intercambian voluntariamente”* (MILEI, 2024), ainda reforçaria que:

Si las transacciones son voluntarias, el único contexto en que puede haber un fallo de mercado es la coacción. Y el único con la capacidad de coaccionar de manera generalizada es el estado que tiene el monopolio de la violencia. En consecuencia, si alguien considera que hay un fallo de mercado, les recomendaría que revisen si hay intervención estatal en el medio (Milei, 2024).

Assim, trazendo uma leitura condizente com a definição de Rothbard (2010) acerca do libertarianismo, Milei, antes de qualquer coisa, preocupa-se muito mais com a presença excessiva do estado - naquilo que, já no início de sua apresentação (Milei, 2024), ele qualifica como “coletivismo” - do que com as liberdades individuais deixadas à própria sorte. Suas exposições em contrariedade ao estado e sua capacidade intervencionista não são poucas, inclusive: numa conferência patrocinada pelo Cato Institute, de inclinação liberal-libertária, realizada em Buenos Aires, em setembro de 2024, Milei, ponderando contra a possibilidade de ele executar políticas de expansionismo estatal na Argentina, reafirmar que ele é um “liberal-libertário” e que “crê na liberdade”, tendo dito que: *“I don’t believe that politicians are gods”* (Chapman, 2024).

Numa entrevista a *The Economist*, em 28 de novembro de 2024, Milei reforçou a ideia de seu desprezo pelo estado. A própria reportagem, ao dissociá-lo ideologicamente de certos líderes ao qual em geral ele é comparado, como Viktor Orbán, da Hungria, e Donald Trump, dos EUA, observa que sua posição econômica, de liberdade individual, o levaria a uma posição de fato de contrariedade aos bons auspícios proporcionados pelo estado e sua existência. Cita-se, inclusive, o Plano Motosserra (Folha de S. Paulo, 2024).

Por este, lançado em julho de 2023, a partir de um decálogo, Milei buscaria reformar o estado, reduzindo seus gastos, e dar primazia à ação da iniciativa privada na economia. O objetivo, segundo o presidente, seria realizar “(...) *una abrupta reducción del gasto público*”, além de reduzir a ingerência dos políticos, os quais, indo, inclusive, ao encontro daquilo apontado no parágrafo anterior, “(...) *se esconden detrás de los vulnerables y demás grupos de la sociedad para mantener sus estafas*” (Renou, 2023).

Por fim, houve em Milei, sobretudo por sua presença nas redes sociais, notavelmente no TikTok, um aumento do eleitorado jovem, ou da Geração Z, isto é, eleitores com idades entre 18 e 21 anos. Apesar de não terem vivenciado a Crise de 2001, muitos deles viram a destruição do país nos governos anteriores ao do libertário, sobretudo na esfera econômica, a partir de uma crônica hiperinflação, que persiste na casa dos três dígitos, e na segurança pública (BP Money, 2023; Carmo, 2023). Numa entrevista ao periódico *El Litoral*, em 26 de novembro de 2023, o cientista político Pablo Vommaro também identificaria três fatores que ligariam os mais jovens à candidatura de Milei.

A primeira, ligada à questão econômica, tinha como principal razão a precarização material ocorrida entre os mais jovens, sendo que um total de 40% deles seria pobre; a segunda, vinculada ao período pandêmico, que, devido aos pesados confinamentos decretados pelo Governo Fernández, e aos quais os libertários sempre se posicionaram contrariamente, elevou o suicídio como causa da sexta para a segunda posição como principal causa de mortalidade juvenil; a terceira e última, segundo o acadêmico, relaciona-se com a falta de espaço e representação pública, o que os jovens encontraram em Milei, devido ao seu linguajar mais jovial¹ (*El Litoral*, 2023).

¹ Numa reportagem da BBC News, três jovens entrevistados, Tomas Bazan, de 21 anos, Alejandro Dub, de 23, e Delfina Ezeiza, de 20, disseram-se eleitores de Javier Milei pelo fato de que ele seria sinônimo de

Assim, podemos definir a postura de Milei de uso de uma retórica e uma estética dentro daquilo que preconizara Rothbard (1992) dentro do populismo libertário. A ideia de formatação de alguém que, chamando atenção daqueles que não tem tempo e nem interesse de acompanhar a política a todo tempo, é central para obter visibilidade. Dessa maneira, Milei executa uma dinâmica paralela à do decoro político, ou seja, de se apresentar de modo a parecer mais um dos que já se colocam à vista da população, realizando sua crítica interessado em ser percebido por aqueles que não teriam a mesma vontade de fazê-lo se não em prol do diferente. Seu posicionamento de ruptura com a casta também nos leva a entender um comportamento francamente *outsider*, ou seja, ele não apresenta um vínculo histórico com nenhum partido ou proposta política anterior - não à toa, ele funda o La Libertad Avanza em 2021¹.

Além do mais, o presidente argentino, abertamente, apresenta sua visão antiestatista, reforçando sua posição contra o intervencionismo, o qual, para ele, seria crucial para amplificar a pobreza ao redor do mundo, já que este se coloca em choque com o livre mercado, cujas vantagens, pós-Revolução Industrial, são visíveis. Aprofundando tal posicionamento, Milei rejeita, inclusive, o estado como uma estrutura legítima, buscando, radicalmente, eliminar sua presença no cotidiano da sociedade argentina, a partir do corte de gastos estatais ou privatizações, como preconiza o Plano Motosserra. Com isso, tanto no discurso como na prática, a máquina pública é desprezada por Milei, o que deixa patente sua posição ideológica, da qual ele, pelo contrário, não faz questão de se apartar.

Essa postura mileísta, inclusive, leva a uma aproximação do candidato com aqueles insatisfeitos com o *establishment*, o que na Argentina ocorre entre os mais jovens (ou a Geração Z). O empobrecimento dessa faixa etária, juntamente com a pesada política de confinamento durante a pandemia de Covid-19 instaurada por Alberto Fernández, que levaram o suicídio a uma posição mais sensível como *causa mortis*, e a percepção de não serem ouvidos pelos políticos de plantão, além das falas com conteúdo mais jovial de Milei, foram fatores fundamentais para que o candidato

mudança, mudança com aquilo que eles sempre viveram em suas vidas, inflação e falta de segurança, sobretudo (Carmo, 2023).

¹ Para Sainz (2023), inclusive, o LLA teria sido o responsável por aglutinar um movimento de jovens liberais e libertários na internet a partir da figura eleitoral de Javier Milei, o qual já possuía boa penetração nacional.

visse o seu número de votos se expandir entre estes. Ou seja, a partir do desejo de modificação radical em relação àquilo que vinha acontecendo no país, não há a tentativa de conciliar grupos eleitorais de diferentes matizes ideológicos, mas, acima de tudo, capturar aqueles eleitores que desejavam a implementação de uma política fora do próprio *status quo*, política esta que teriam como expoente Javier Milei.

A análise comparativa dos discursos e materiais de campanha de João Campos e Javier Milei permitiu identificar diferenças consistentes em quatro dimensões centrais: posicionamento ideológico, construção simbólica do Estado, retórica eleitoral e estratégias de legitimação junto ao eleitorado.

No que se refere ao posicionamento ideológico, João Campos adota uma estratégia de neutralização discursiva, evitando rótulos ideológicos explícitos e apresentando-se como gestor técnico e eficiente. Essa postura aproxima-se do teorema do eleitor mediano (Downs, 1957), ao buscar maximizar apoio em um eleitorado heterogêneo e pouco ideologizado. Em contraste, Javier Milei assume publicamente uma identidade liberal-libertária, reforçando uma visão de mundo radicalmente antiestatista, sem esforço de moderação, em consonância com o populismo libertário formulado por Rothbard (1992).

Quanto à construção simbólica do Estado, Campos legitima a máquina pública como instrumento necessário de transformação social, enfatizando obras, serviços e capacidade administrativa. Milei, por sua vez, constrói o Estado como problema central da sociedade argentina, associando-o à corrupção, à perda de liberdade e à decadência econômica, defendendo sua redução drástica ou eliminação.

Na dimensão da retórica eleitoral, observa-se que Campos privilegia uma linguagem conciliadora, moderada e orientada à continuidade administrativa, evitando confrontos ideológicos diretos. Milei, em oposição, mobiliza uma retórica agressiva, provocativa e polarizadora, marcada pelo ataque à “casta política” e pela estética da ruptura.

Por fim, no que se refere às estratégias de legitimação eleitoral, Campos busca ampliar sua base por meio de uma coalizão transversal, dialogando com eleitores de diferentes espectros políticos, enquanto Milei aposta no choque ideológico e na mobilização de segmentos insatisfeitos com o establishment, especialmente jovens eleitores.

Esses achados reforçam a hipótese central do estudo: eleições municipais tendem ao pragmatismo e à moderação estratégica, enquanto disputas nacionais favorecem discursos ideológicos de ruptura, sobretudo em contextos de crise institucional e econômica.

Posto isto, o Quadro abaixo (Quadro 1) traz um resumo significativo das principais diferenças apuradas pelo trabalho em torno dos discursos e das práticas de João Campos e Javier Milei.

Quadro 1 – Comparação entre as características eleitorais de João Campos e Javier Milei

Características	João Campos	Javier Milei
Posicionamento ideológico	Neutro e pragmático	Liberal libertário
Discurso principal	Gestão eficiente, obras, continuidade	Antiestatismo, liberdade individual
Base eleitoral	Ampla, incluindo setores de diferentes espectros políticos	Eleitores insatisfeitos com o establishment
Estratégia eleitoral	Evitar polarização para garantir reeleição	Enfatizar choque ideológico para se diferenciar
Retórica utilizada	Moderada e conciliadora	Direta e provocante
Políticas econômicas	Investimento em infraestrutura pública	Redução drástica do estado e privatização
Partido político	Manutenção (PSB)	Ruptura, <i>outsider</i> (LLA)

Fonte: Elaboração própria, com base na análise empírica (2025).

3. Discussão dos resultados

O próprio comportamento no tocante à postura ideológica de Campos traduz a ideia de que ele optou por adotar uma dinâmica de maior inclinação à realização de políticas públicas e de maior proximidade ao eleitorado, com estas duas possuindo uma maior penetração entre o eleitorado brasileiro¹.

Segundo pesquisa do DataSenado realizada em setembro de 2024, com amostra de aproximadamente 21 mil entrevistados em âmbito nacional, 40% dos respondentes declararam não se identificar nem com a esquerda nem com a direita, indicando baixa polarização ideológica do eleitorado municipal (Senado Federal, 2024).

¹ O mesmo fenômeno se estendeu a outras eleições municipais. No segundo turno em Curitiba, quando se enfrentaram Cristina Graeml (PMB) e Eduardo Pimentel (PSD), no momento em que a primeira passava a conquistar votos de um maior quinhão do eleitorado à direita, Pimentel, em um dos debates reagiu com a seguinte declaração: “A pauta ideológica não coloca comida na mesa, não traz remédio para a unidade de saúde, não coloca criança na creche, não discute a tarifa do transporte coletivo nem a integração do transporte coletivo” (Pimentel, 2024). Ou seja, fica visível que o fenômeno de defesa à elaboração de políticas públicas em detrimento de uma polarização ao debate espalhou-se, tendo influenciado a campanha em outros municípios.

Isso reforça a hipótese de que os candidatos podem preferir se colocar como “trabalhadores” ativos em prol da população, criando ofertas a demandas a ela solicitadas, destacando-se, principalmente, aquelas que os brasileiros consideram prioritárias, servindo como chamarizes eleitorais - numa pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os brasileiros consideravam saúde (87,64% dos entrevistados), educação de qualidade (72,97%) e proteção contra o crime e a violência (61,44%) como mais importantes, sendo possível também considerar a presença de um governo honesto e atuante (59,85%)¹.

Em suma, para o brasileiro, muito para além de discursos ideológicos, é fundamental observar a presença e a legitimidade do poder público, com este estando acima de facções como esquerda ou direita. Prosseguindo, no tocante ao populismo libertário, há uma radicalização clara de visão de mundo. A própria postura virtual demonstrada por Javier Milei (Fenoll, 2023; Vommaro, 2023) desenha o forte ceticismo à presença do estado na vida do cidadão, fugindo-se, portanto, da condição legítima deste ente na elaboração de políticas públicas.

Assim sendo, a preocupação de se utilizar a máquina pública como ferramenta de transformação social a partir de políticos “trabalhadores” é contraposta (CHAPMAN, 2024), objetivando-se deixar a capacidade decisória na mão dos próprios indivíduos. Para Deist (2015), afinal, o discurso libertário deve servir para a conscientização da sociedade aos perigos estatais, e não a questões que poderiam melhorar seu bom funcionamento (bom funcionamento este impossível se deixado a uma governança política compulsória), como eliminação da corrupção, mais investimentos públicos ou mais “gratuidade” (os libertários, pois, não acreditam nesta quando o financiamento via estado é obtido através de tributação compulsória). Como escreve Hayek (1988), no tocante àquilo que ele considera como “arrogância fatal”: em função da natureza pulverizada da informação, centralizar decisões, em vez de liberá-la aos mais diferentes agentes da sociedade, é disfuncional, por maior que seja a boa vontade dos envolvidos nesse processo.

211

¹ resumir a questão de que o brasileiro quer a intervenção e não a não intervenção, a partir dos dados do SIPS

Assim, ao contrário do fenômeno eleitoral observado no Brasil em 2024, com os sucessos eleitorais do atual prefeito do Recife, em que a capacidade estatal, em detrimento de posições ideológicas, é colocada como um mecanismo cabal à boa fluência da sociedade, através de sua legitimidade e capacidade técnica, a lógica mileísta, na Argentina, preconiza, sim, por uma radicalização ideológica, em que a própria atuação política, por mais bem intencionada que seja, gerando problemas à coletividade, com o estado, destarte, não sendo legítimo, inclusive eleitoralmente - afinal de contas, o populismo libertário (Deist, 2015) não visa empoderar alguém ciclicamente no poder, mas, ao contrário, permitir a ascensão de alguém que realize um choque, e elimine os entraves postos pelas políticas públicas à vida cotidiana.

Dessa feita, podemos argumentar que, enquanto a lógica donwsiana (Downs, 1957) pode corroborar os acontecimentos eleitorais vistos no Brasil nas últimas campanhas municipais, visto o *case* analisado, *case* este bem-sucedido mais por sua capitalização do eleitorado em torno da intervenção do estado na vida privada do que por ponderações ideológicas do candidato, sendo este, inclusive, crítico desta última, na Argentina em 2023 isso não se verificou, com Milei atingindo seu objetivo eleitoral (Presidência da República) justamente através de uma radicalização ideológica, deslegitimando, inclusive, o estado em nome de sua posição política (libertarianismo, cética da presença estatal como capaz de resolver os problemas sociais).

212

Considerações Finais

Ao mesmo tempo em que existe em João Campos uma preocupação de sobrevivência eleitoral, dentro da rejeição pelo estabelecimento de uma posição ideológica, como uso de uma discurso calcado na “esperança”, ao mesmo tempo em que ele se declara uma continuidade política de seu bisavô e de seu pai, duas figuras centrais na constituição de uma oligarquia pernambucana, e de não se dizer nem de esquerda nem de direita, mas um político que faz obras, corroborando a ideia da teoria da escolha racional, Javier Milei, por outro lado, faz jus à proposta do populismo libertário, ao procurar alertar o eleitorado sobre os perigos estatais em sua campanha, deixando como central em seu discurso sua visão de mundo.

Assim sendo, o presente trabalho procurou, a partir dessa constatação, deixar uma pergunta, que pode ser objeto de outras pesquisas, a saber, será que eleições municipais, como fora a escolha por Campos, tendem a uma posição mais

pragmática dos candidatos, já que nas Prefeituras estes estão mais próximos do eleitorado, o que motiva a adoção de uma postura neutra – afinal de contas, nestes entes pode haver a tendência pela resolução de problemas mais cotidianos, como asfaltamento de avenidas, construção de escolas e unidades de saúde e assim por diante, sob um guarda-chuva mais instrumentalista do poder público -, ao passo que nas eleições federais, a exemplo do que ocorrera com Milei, com os políticos mais distantes da população e que, em tese, respondem a problemas de ordem mais macropolítica, pode haver uma posicionamento ideológico mais envolvido?

Referências

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. **The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy**. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

CAMPOS, João. **Discurso da esperança**. Vídeo de campanha eleitoral, 2018. Disponível em:

https://www.youtube.com/results?search_query=Discurso+da+esperan%C3%A7a+Jo%C3%A3o+Campos. Acesso em: 10 jan. 2026.

CAMPOS, João. **Filho da esperança**. Vídeo de campanha eleitoral, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=Filho+da+esperan%C3%A7a+Jo%C3%A3o+Campos. Acesso em: 10 jan. 2026.

213

CHAPMAN, Max. **Milei and modern libertarianism**. *The Economist*, Londres, 2024. Disponível em: <https://www.economist.com/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CHMIELOWSKI, Tom. **Rothbard and the evolution of libertarianism**. *Journal of Libertarian Studies*, Auburn, v. 22, n. 2, p. 365–392, 2016. Disponível em: <https://mises.org/library>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DEIST, Jeff. **Winning libertarian populism**. *Mises Daily Articles*. Auburn: Mises Institute, 2015. Disponível em: <https://mises.org/library/winning-libertarian-populism>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Brothers, 1957.

GAMA NETO, João Pereira. **Racionalidade na política: teoria da escolha racional e comportamento político**. São Paulo: Editora Política Contemporânea, 2011.

HAYEK, Friedrich A. **A arrogância fatal: os erros do socialismo**. São Paulo: Visão Editorial, 1988.

LEÃO, Paula. **A construção de João Campos como um político de esperança**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

MILEI, Javier. **Discurso no Fórum Econômico Mundial de Davos: mercado e liberdade individual**. Davos, 18 jan. 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria da escolha racional e democracia esquilada**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 1, p. 13–35, 2001.

ROTHBARD, Murray N. **A ética da liberdade**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2010.

ROTHBARD, Murray N. **The betrayal of the libertarian movement**. *Mises Daily Articles*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1992. Disponível em: <https://mises.org/library/betrayal-libertarian-movement>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Daniel. **Análise de conteúdo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2021.

SCHEEFER, Jonas. **Teoria da escolha racional e suas aplicações**. *Revista de Estudos Políticos*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 25–42, 2013.

VOMMARO, Pablo. **Jóvenes, política y Milei en la Argentina contemporánea**. *El Litoral*, Buenos Aires, 2023. Disponível em: <https://www.ellitoral.com/>. Acesso em: 10 jan. 2026.